SANT'ANA DA FEIRA: BABEL ENTRE A INDEPENDÊNCIA E A SABINADA

SANT'ANA DA FEIRA: BABEL BETWEEN INDEPENDENCE AND SABINADA

Jaime Magalhães Morais[1]

RESUMO
Os críticos da guerra da independência da Bahia tentam entender o porquê das revoltas e desentendimentos entre autoridades militares durante e após o conflito. Tomado um período mais extenso, abrangendo a guerra da independência até à revolta que se convenciona por Sabinada, outra visão se afigura e esclarece boa parte do que se seguiu à primeira luta. Assim, o objetivo nesta análise, de cunho bibliográfico e documental, é demonstrar a ausência de língua única, ou mesmo unidade de instituições que proporcionassem identidade entre os setores e etnias abrigadas na Capitania, que veio formar a Província da Bahia. A fuga de escravos para a povoação de Sant'ana da Feira, pouco depois elevada à vila, já incluía a freguesia de São José das Itapororócas à qual até então era vinculada. A diversidade dos idiomas falados se apresentou como um entrave relevante para o contato dos que lutavam pela mesma causa – a independência.

Palavras-chave: Língua. Identidade. Etnias. Diversidade. Memória.

ABSTRACT
Critics of the Bahia War of Independence try to understand the reasons for the revolts and disagreements between military authorities during and after the conflict. Taking a longer period, spanning the war of independence to the revolt that is convened by Sabinada, another vision appears and clarifies much of what followed the first fight. Thus, the objective of this bibliographic and documentary analysis is to demonstrate the absence of a single language, or even unity of institutions that provided identity among the sectors and ethnicities housed in the Captaincy, which formed the Province of Bahia. The escape of slaves to the village of Sant'ana da Feira, soon after being elevated to the village, already included the parish of São José das Itapororócas, to which it had hitherto been linked. The diversity of the spoken languages presented itself as a relevant impediment to the contact of those who fought for the same cause - independence.

Keywords: Language. Identity. Ethnicities. Diversity. Memory.

1 Introdução

O período que compreende o movimento da guerra pela independência da Bahia, o qual se estende até à revolta conhecida por Sabinada, não tem sido explorado a contento pelos mais novos acadêmicos, de maneira a ficar relegado a análises de pesquisadores litorâneos, que têm objetos de estudo distintos nas suas pesquisas. Tomando tal período por delimitação,

1 Graduado em História (UEFS, 2000), com Pós-Graduação *Lato Sensu* em Desenho, Registro e Memória (UEFS, 2006), Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB, 2016).

Revista Língua & Literatura, v. 22, n. 40, p. 142-162, jul./dez. 2020.
Recebido em: 23 ago. 2020.
Aceito em: 21 out. 2020.

entendendo que as forças portuguesas já haviam debandado de Salvador, formula-se a indagação: o que deu ensejo ao caos das tropas fiéis à Bahia no conflito e às revoltas seguintes? Porção da freguesia de São José das Itapororócas, ligada à vila e termo de Cachoeira, o arraial de Sant'ana da Feira passou por grandes transformações que viriam elevá-la, em uma década, à vila, habitada pelos tabaréus, descendentes dos nativos Paiaiás; esses, miscigenados aos imigrantes de outros continentes e tiveram papel destacado na expulsão das tropas portuguesas do Recôncavo baiano.

Temos na obra de título **Fidalgos e Vaqueiros**, do juiz de Direito Eurico Alves Boaventura (1989), como também no estudo do norte americano Rollie E. Poppino (1968), com a obra de nome **Feira de Santana**, os referenciais teóricos. No que tange às fontes, elas se configuram em quatro depoimentos de moradores da, hoje, cidade de Feira de Santana. Tais entrevistas são encontradas no apêndice da dissertação de nome **Memórias de Tabaréus*:* trabalho e lazer nos tabuleiros de Feira de Santana** (1950-1990), cuja autoria é de Jaime Magalhães Morais (2016), que gentilmente cedeu cópias eletrônicas em DVDs, dos originais. Desse mesmo autor (2011), acrescentamos a obra, **Memórias de uma Cristã nem tão Nova, Num Sertão nem tão Velho**, com o depoimento de D. Antonieta Carneiro Magalhães Moraes.

A metodologia está amparada nos direcionamentos de Verena Alberti (2004), na obra **Manual de História Oral**. O foco de estudo é aqui designado por Tabuleiro Paiaiá, assim é tratado por ser o território onde habitavam esses nativos Tapuias[2] descritos, desde períodos iniciais da colonização, como habitantes dos sertões, que falavam línguas distintas e guerreavam entre si, na pena de Souza (1851), em sua obra **Tratado Descritivo do Brasil**, lançada em 1587. O Tabuleiro Paiaiá se localiza à jusante esquerda do rio Paraguaçu, após a afluência do rio Jacuípe, acompanhando a costa de norte a sul, na parte continental do Estado da Bahia; alonga-se desde as bordas do Recôncavo a quilômetros sertão adentro, as quais se limitam com o semiárido a oeste e faziam parte do território da vila de Cachoeira, depois da independência desmembrado, caracterizado por platôs em seu relevo, planícies aquáticas e baixa fecundidade do solo de arenito.

A pesquisa parte da hipótese de que ainda não havia uma língua única e nem unidade de instituições que proporcionassem identidade entre os vários setores e etnias que se

2 Os críticos que estudam os grupos nativos dos sertões, nos últimos anos, têm aderido ao termo Green, em substituição a Tapuia. Contudo, a Grande Enciclopédia Larousse Cultural, em seu volume 2, ano 1995/8, nas páginas 260-1, lista grande concentração de povos Tapuias na Amazônia.

Revista Língua & Literatura, v. 22, n. 40, p. 142-162, jul./dez. 2020.
Recebido em: 23 ago. 2020.
Aceito em: 21 out. 2020.

dividiam na capitania transformada em província, com isso seus habitantes pouco se entendiam, tanto em relação aos valores culturais, a serem preservados em seu território, como também ao que se verbalizava. Soluções de assuntos preocupantes para a elite, não se afinavam com as aspirações dos moradores de áreas no sertão baiano, de maneira que suas relações ficavam comprometidas.

2 Consequências da política pombalina

Por grande parte do período colonial, que se estendeu até à expulsão dos jesuítas, cujo início em 1759 foi extensivo a 1763, o idioma falado no Brasil litorâneo, e ensinado pela ordem, se tratava do Tupi, conforme o artigo de Ana Palmira Bittencurt Santos Cassimiro (2005), intitulado **Cartilhas e catecismos usados no Brasil colonial**. Decidida a mudar essa realidade, a Coroa assumiu o ensino e tomou medidas que se seguiram em substituição da catequese, as quais não se difundiram sequer no litoral, de modo que muitos grupos étnicos dos sertões preservaram a língua vernácula de suas tribos, outras ainda tiveram apenas alguns contatos menos frequentes, absorvendo apenas parcelas do ensino ministrado pelos sacerdotes. O idioma Português, não se propagara nos territórios averbados à colônia, e muito do esforço investido pelos jesuítas não encontrou efeitos de continuidade, mas, sim, o abandono, mesmo em Salvador.

Não foi essa uma carência que se ativesse apenas à segunda metade do século XVIII, se estendeu ao século seguinte, igualmente ao século passado, em razão da pouca preocupação portuguesa com as populações coloniais, das quais a Corte apenas desejava se servir para o próprio fausto, ou ao Império que se seguiu, com sede no centro sul, o qual teve outros tantos problemas nas suas unidades de províncias, mas, de igual modo, opressor, de forma que grassava o analfabetismo, e a língua portuguesa só era conhecida, na colônia, pelos altos funcionários do reino; este seria um legado que, entre os próprios parlamentares atuais, ainda encontra acolhida para manter populações de menor representatividade sob o domínio da elite, no Brasil.

No início do século XIX, Luiz dos Santos Vilhena (1922), enquanto professor de línguas Grega e do latim, numa das suas cartas fictícias, se queixa a um amigo virtual, asseverando haver falta de estudantes, em Salvador, que dessem sequência aos estudos por receio de serem convocados como praça das forças militares. Observa-se, portanto, uma resistência crescente à aprendizagem por conta do temor à exploração a qual os alunos

Revista Língua & Literatura, v. 22, n. 40, p. 142-162, jul./dez. 2020.
Recebido em: 23 ago. 2020.
Aceito em: 21 out. 2020.

estavam submetidos, desde quando se iniciara a colonização e os jesuítas faziam a catequese entre os nativos Tupinambás. Vê-se aí que pouco antes da independência já eram esses receios uma realidade na Capital. Essa aversão à prestação do serviço militar é justificada, pelo autor, como resultado da violência e despreparo das autoridades militares em arregimentar voluntários para as tropas, autoridades estas que se valiam da pouca influência dos estratos sociais mais frágeis para obrigá-los a prestar serviço. Ainda sublinha que os superiores só davam baixa aos praças quando bem desejavam.

Dona Arlinda Cruz Oliveira (2015), esposa do vaqueiro Aristides Santos Oliveira e filha de lavradores, no seu depoimento afirma a carência de escolas onde seus antepassados pudessem aprender, na área do distrito de Jaguara e, mais além, nas proximidades de todo o território do Município de Feira de Santana, o que dá a entender ser esta escassez extensiva ao século XX, nos sertões. O mesmo se observa, em outros depoimentos colhidos, no tabuleiro Paiaiá. Certamente os cachoeirenses – habitantes no território da vila a qual se submetiam freguesias outras, entre as quais a de São José das Itapororócas, na qual se incluía a povoação de Sant'ana da Feira –, não foram contemplados nas suas necessidades mais proeminentes e acabaram tomando iniciativas que iam de encontro aos anseios dos litorâneos, quando o conflito foi deflagrado no Recôncavo.

O vácuo educacional não poderia deixar de se fazer sentir no período da guerra da independência da Bahia, até pela maior proximidade com os fatos que marcaram a expulsão dos jesuítas e as ainda recentes averbações das áreas de domínios dos nativos Tapuias. No final do século XVII e inícios do século XVIII, os povos Paiaiás que viviam no tabuleiro, margem esquerda do rio Paraguaçu, foram subjugados pelos portugueses, a ponto de existirem rancores latentes entre a sua descendência miscigenada a etnias de outros continentes que ocuparam áreas adquiridas de sesmeiros, vendidas aos militares de patente que, por sua vez, eram nobres de armas com procedência judaica, se estabelecendo nos sertões como fazendeiros. De outro modo, negros fugidos dos engenhos e ciganos nômades também se ligaram, via relações conjugais, aos nativos sertanejos, de maneira que toda essa população, das cruzas resultante, foi tratada pelos litorâneos por tabaréu. Dentre esses povos, os de fatias mais privilegiadas se ligavam aos militares de patente, enquanto que os de segmentos mais pobres se miscigenaram com as demais etnias.

As tarefas que mais se difundiram entre os tabaréus na prática da pecuária se ligavam ao trato com o gado, a exemplo dos vaqueiros e salta moitas, ou tangerinos, que se tratavam de ajudantes, com deslocamento a pé, e se dividiam com os vaqueiros a atalhar as rêses na longa caminhada das boiadas do sertão baiano, e das outras unidades políticas, para serem

Revista Língua & Literatura, v. 22, n. 40, p. 142-162, jul./dez. 2020.
Recebido em: 23 ago. 2020.
Aceito em: 21 out. 2020.

comercializadas na capital baiana, assim testemunhado pelo senhor Divaldo Pereira Portugal (2015). As tarefas envolviam, também, a manutenção das fazendas para a criação, como a destoca das ervas daninhas que sufocavam a forragem dos animais; a extração de madeira para cercas, lavra para cultivos; e serviços domésticos. Em maior contingente, os tabaréus vendiam a mão de obra para cuidar dos cultivos, que tinham grande diversidade, ou das frutas e hortaliças normalmente consumidas e comercializadas na feira semanal que se fazia na então povoação de Sant'ana da Feira. Já naquele período, os salta moitas competiam entre si, no trajeto do gado até Cachoeira, com o objetivo de amealhar nesse trabalho, alguma compensação.

Esse cotidiano se viu repentinamente quebrado com a intransigência do general Inácio Madeira de Melo em o poder tomar, forçando as autoridades, reunidas em Cachoeira, a buscarem apoio para resolver o impasse gerado com a invasão das tropas portuguesas à capital, em 1821, na afirmação de Luis Henrique Dias Tavares (2001), em sua obra **História da Bahia**. Reunidos, os vereadores na Câmara daquela vila, da então Capitania, na ocasião acompanhados das figuras mais destacadas, deliberaram sobre o pedido de auxílio no seu território, que incluía São José das Itapororócas, e sobre convocar voluntários para a luta em defesa das posições.

A freguesia de São José das Itapororócas, à qual se ligava a área da povoação de Sant'ana da Feira desde finais do século XVII, cuja sede se localizava a uma distância maior da vila de Cachoeira e as condições geográficas a favoreciam num embate pelo maior conhecimento por parte dos cachoeirenses de sua estrutura física, seu relevo com especificidades que aos europeus natos eram desconhecidas, além de contar com fartas riquezas na manutenção das tropas. Assim como no século XVII, as bandeiras paulistas tiveram dificuldades em penetrar no tabuleiro Paiaiá, para alargar os territórios portugueses, por conta da inexistência de elevações, onde as tropas posicionassem armas de maior porte, só possível com obras de engenharia do tipo *casas forte*[3]; da mesma forma, contribuía para os soldados da metrópole se ressentirem de maior ciência desses detalhes e ficavam à mercê, numa luta mais prolongada, caso avançassem Capitania adentro.

As medidas iniciais para o confronto iminente se seguiram das ações dos fazendeiros na povoação de Sant'ana da Feira, freguesia de São José das Itapororócas, os quais disponibilizaram gado para a manutenção das tropas, a exemplo do capitão José Ferreira da Silva, proprietário da fazenda Vitória, especificamente localizada no território da povoação de Bom Despacho, atual distrito de Jaguara, já no semiárido do hoje Município de Feira de Santana (BOAVENTURA, 1989). Com o porto fechado, a população do litoral sentia os efeitos devastadores da fome, com a

3 São construções em áreas estratégicas, as quais permitiam melhor visualização aos artilheiros e eram divididas em níveis diferentes, visando ao estabelecimento das peças de artilharia. Eram feitas de pedra, cal e barro queimado, segundo o artigo do monsenhor Renato de Andrade Galvão (1982), de nome *Os povoadores da região de Feira de Santana*.

Revista Língua & Literatura, v. 22, n. 40, p. 142-162, jul./dez. 2020.
Recebido em: 23 ago. 2020.
Aceito em: 21 out. 2020.

carência e maior demanda por alimentos provocadas pelo conflito. Essas fatores contribuiram para a fuga de escravos e praças mais pobres que desertavam das tropas regulares e tentavam se misturar aos tabaréus, moradores do tabuleiro Paiaiá, como forma de disfarce. Ameaçados de perdas maiores, pleiteando preservar a vida, sem perspectivas de ali permanecerem e escapar de males mais funestos ainda, buscaram se refugiar nos territórios da povoação de Sant'ana da Feira.

Segundo infere-se da leitura de José Joaquim de Almeida Arnizáu, em artigo produzido em 1825 e publicado em 1862 pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sob o título **Memória topographica, histórica, commercial e política da Villa de Cachoeira da Província da Bahia**, se tornou rotineiro, desde aquela época, os crimes nas estradas do então arraial, designado pelo autor como Sant'ana dos Olhos D'água. Não se trata de mero acaso essa designação, considerando que a urbe crescia na direção da fazenda Olhos D'água, antiga posse de Domingos Barbosa de Araújo, tido pela história tradicional como fundador da posterior cidade.

Essa tendência do crescimento em direção à zona sul da povoado se dava por duas razões, a saber: a primeira delas tinha o caráter de segurança porque as boiadas que faziam o trajeto para o litoral precisavam ser acompanhadas por tropas que estavam concentradas no quartel, hoje conhecido por Casarão dos Olhos D'água, para evitar a subtração de animais no deslocamento, ou das cifras resultante da venda. A leva crescente de marginais fugitivos já vinha preocupando as autoridades portuguesas desde inícios do período colonial e se estendeu às duas décadas seguintes. Para este grupo de pessoas, a alternativa mais viável de vida se ligava ao trabalho na lavoura, serviços de vendedor ambulante e artífices aos de melhor sorte, enquanto outros se contentavam com a colocação entre jagunços dos militares de patente, sobrando os roubos e salteios aos de destino mais trágico. A segunda razão era de ordem econômica, pois se os vaqueiros aguardavam a liberação das boiadas, que deveriam ter acompanhamento das tropas, também ali se faziam transações e até o abate dos animais que abasteceriam o arraial e assim atraía moradores para as suas imediações em razão de muitos viverem do comércio, seja das vísceras, das peles, dos chifres, patas e cabeças, ou os marchantes transportarem as partes mais nobres da carne até aos pontos de venda na feira, que na Praça dos Remédios se concentrava.

Poppino (1968, p. 57) aponta que no ano de 1838, a Câmara desta nova vila regulamentou o *Campo das Gameleiras*[4], situado no outro extremo, como único local para a prática da feira do gado e de cavalos. A partir daí, inverteu-se a tendência de crescimento urbano para a zona sul e cresceu a procura de moradias na zona norte.

4 Em itálico, de acordo com o original.

Revista Língua & Literatura, v. 22, n. 40, p. 142-162, jul./dez. 2020.
Recebido em: 23 ago. 2020.
Aceito em: 21 out. 2020.

Já se entende de imediato que muito embora a guerra da independência da Bahia seja um fato histórico relevante para a sua separação política do reino de Portugal, não necessariamente marca a independência da Província que, juntamente com as outras a norte, se declarou desobrigada a prestar contas à antiga metrópole, enquanto politicamente ficou sob a tutela do Império do Brasil. Não foi essa uma proposta que tivesse aceitação de pronto entre as unidades que faziam parte da colônia na América, pois algumas delas resistiam em se dobrar ao Império do Brasil e só chegaram a esse denominador depois de demoradas lutas, na década de 30.

Ao final do século XVIII e inícios do século XIX, foi registrado aumento nas exportações de produtos tradicionais da agricultura, a exemplo do algodão, que chegou a responder por 30 % das importações inglesas, nas palavras de Schwartz (1988), em sua obra **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. O mesmo se dava com a produção do açúcar, que crescera consideravelmente, triplicando a produção para as exportações, praticamente nos anos iniciais do século XIX, a fim de atender o mercado internacional nas suas duas primeiras décadas. Até a produção agrícola, consorciada à pecuária – que sustentava a população sertaneja e trazia rápido retorno com o ciclo menor –, rendia bons dividendos aos produtores. Diria que enquanto o gado e a população se alimentavam do que as pastagens e a policultura rendiam, a pecuária complementava não só com a proteína da carne verde, mas, também, através dos subprodutos do abate na mesa, os derivados do leite e da renda do artesanato de couro.

O gado era a mercadoria que gerava maiores riquezas para os sertões, e, mesmo no período colonial, já em Sant'ana da Feira, ele era comercializado e levado para os currais do Retiro, especialmente criado para comportar a sobrecarga dos pastos de Itapoã, em 1784 (BOAVENTURA, 1989, p. 399). Mas o movimento pela independência daria à feira do gado um impulso inesperado, devido a sua mudança, das áreas em redor do Recôncavo, para o tabuleiro Paiaiá. Estrategicamente, era uma escolha acertada para aquele momento que mais tarde demonstraria outras tantas razões da sua concentração no tabuleiro. Inversamente, o açúcar voltou a ter queda na produção, e os senhores de engenho amargaram prejuízos. Foi a partir da guerra, que se estendeu a lutas na década posterior a da citada independência, que teve início a crise econômica na tradicional produção do açúcar na Bahia, enquanto cresceu a comercialização do gado no tabuleiro Paiaiá, acompanhado de maior fluxo populacional.

3 Exploração econômica e violência

A independência política da Bahia, do domínio da Coroa Portuguesa, não correspondeu na mesma medida à sua independência econômica; pelo contrário, representou uma quebra na

Revista Língua & Literatura, v. 22, n. 40, p. 142-162, jul./dez. 2020.
Recebido em: 23 ago. 2020.
Aceito em: 21 out. 2020.

condição de Capitania mais rica da colônia, naquele momento vivido, para um domínio sulista que impôs pesados impostos, sua produção interna afetando sensivelmente, de acordo com Souza, na obra **A Sabinada:** a revolta Separatista da Bahia (2009). Se todos esses fatores são relevantes para entendermos a posterior formação desta unidade de Província, no contexto do Império do Brasil, a eles soma-se a maior concentração populacional no litoral – não podemos ignorar que o deslocamento das populações do interior para a costa se deu em números consideravelmente maiores para a defesa do território, contra as tropas portuguesas, o que de alguma forma teve consequências.

A guerra pela independência se mostraria um momento rico de trocas culturais, momento que demonstraria as dificuldades em se administrar as diferenças e tinha, na população sertaneja, um entendimento diverso da costa, enquanto uma unidade política territorial apresentada: se as autoridades temperavam os ânimos dos soldados e dos produtores, introjetando sua ideologia, também houve reações que exacerbaram antigas tensões ao se perceber a forma de exploração que ao tabaréu foi imposta desde o período colonial. Uma das dificuldades mais sentidas nesse período, sem sombra de dúvidas, foi o choque cultural entre os povos que viviam nos sertões e os habitantes do litoral. Herdeiros dos valores Tupis, miscigenados aos imigrantes do continente europeu e africano, os moradores da costa não recebiam com simpatia as populações dos sertões, vistos como infratores pelos nobres, com seu conceito disseminado entre setores mais abaixo.

A pecuária, juntamente com a produção do tabaco, foi por muito tempo responsável por tornar a ponte mais estreita entre os produtores, tangedores e a costa, já que os tropeiros também se encarregavam do transporte de outros víveres. Nos portos, os tropeiros chegavam com animais carregados de mercadorias para comercializar com os grandes estivadores das dorcas, que renegociavam com empreiteiras de transportes, nos mares. Com o crescimento nas exportações não só do algodão, como de cereais para alimento, muitos tropeiros singravam o mesmo itinerário do gado vindo das Capitanias a norte, se fazendo um setor em ascensão econômica.

Consequentemente, os tropeiros se constituíam tanto em indivíduos que mantinham relações mais afinadas com os tabaréus, como poderiam até ser um deles que galgara maior sucesso no empreendimento e investira numa tropa para fazer o transporte e comércio regular da produção sertaneja com o litoral, a exemplo do avô paterno do depoente Mário Lima de Cerqueira (2015), um deles no século XX. O tabaco servia de moeda de troca com os africanos no tráfico de escravos, de forma que o escambo ainda era praticado não só na África, muito mais entre os produtores nos sertões, o que privilegiava os traficantes de escravos e estivadores, maiores detentores de capitais por receberem, em espécie, o que adquiriram mediante troca.

Revista Língua & Literatura, v. 22, n. 40, p. 142-162, jul./dez. 2020.
Recebido em: 23 ago. 2020.
Aceito em: 21 out. 2020.

Salvo os pecuaristas que recebiam os valores referente à venda do gado, a prática corriqueira entre os produtores das outras subsistências nos sertões era o escambo, e mesmo essas cifras pagas aos fazendeiros ainda tinham um prazo, exigido pelos compradores, para ser regiamente quitada, junto ao antigo proprietário do gado, modalidade até o presente registrada na zona rural. Portanto, predominava uma velha tradição nativa de escambo, no século XIX, se constituindo em meio de exploração pelos grandes comerciantes portuários, que acumulavam moedas e notas, enquanto que na prática do comércio intracolonial e africano prevaleciam as trocas. Ora, considerando que as transações se faziam pessoalmente, e que o trânsito das estradas era feito em montarias ou a pé, caso os animais estivessem carregados, esses indivíduos ficavam vulneráveis aos salteios nas estradas, pelos fugitivos dos engenhos litorâneos, comuns ao interior da antiga Capitania, desde fins do século XVIII. Assim, os tropeiros, vaqueiros, pecuaristas e pequenos negociantes do gado se faziam os mais visados entre os que transitavam nas vias.

Na fazenda Agostinho Duarte, se produziu algodão, tabaco, outros cultivos de cereais, até mesmo o trigo, além da produção em cortume (MORAIS, 2011), verificando-se uma grande diversidade de produtos, além, logicamente, dos advindos da pecuária. Assim, a fazenda era a unidade produtiva maior, e nesse período passou a ser mais ameaçada nos sertões. Essa situação exigia das autoridades, constituídas na já Província, uma segurança mais atuante, que passou a ser feita em pequena escala na feira do gado pela concentração de transações em razão da maior circulação das moedas, até então raras na povoação de Sant'ana da Feira, enquanto que os tropeiros, que voltavam com mercadorias de valor para novas transações, ficavam expostos aos riscos de tocaias, semelhante ao que ocorria aos vaqueiros que guiavam o gado para o litoral, com o risco de ter reses ou eventuais valores de uma transação subtraídas no trajeto. Já os proprietários do gado, normalmente, recebiam as cifras dos negociantes na residência, assim ficando, mais resguardados, exceto aqueles que se deslocavam de lugares mais distantes.

Na década de 20, Cachoeira tinha um efetivo limitado da guarda, do qual Sant'ana da Feira contava com 12 soldados de infantaria e oito na cavalaria, para garantir o deslocamento no trajeto para Salvador. A cabeça de vila se limitava a 105 praças, distribuídos em 60 infantes e 40 cavaleiros, a agir no seu território (ARNIZÁU, 1862). Até 1833, a responsabilidade com a segurança das boiadas cabia à freguesia de São José das Itapororócas, que a fazia através do Esquadrão de Cavalaria de Milícias, certamente ocupando o quartel hoje conhecido por Casarão dos Olhos D'água, localizado nas imediações da povoação de Sant'ana da Feira e tinha no Areal, contíguo àquele, o primeiro local de concentração do gado, no arraial. Artigo praticamente à guerra contemporâneo, nota-se que mesmo São José das Itapororócas sendo a sede da freguesia durante a luta, não mais tinha tropas cobrindo sua necessidade de segurança na zona urbana e

Revista Língua & Literatura, v. 22, n. 40, p. 142-162, jul./dez. 2020.
Recebido em: 23 ago. 2020.
Aceito em: 21 out. 2020.

Sant'ana da Feira, ainda que tivesse carências, de qualquer forma teve esse benefício. Reforça esta ideia a mudança das feiras do Recôncavo, como estratégia de guerra e, posteriormente, Sant'ana da Feira passou à vila em lugar de São José das Itapororócas, porque diferentemente da última, que ali tinha representação da nobreza (elite do período colonial), sua população, mesmo pobre e mestiça, se constituía de baianos natos e livres do estigma de bajuladores da Coroa portuguesa, os quais, conforme as ambições dos setores sociais em ascensão perceptível, deveriam ser banidos da memória da Província, ainda que permanecesse vinculada a Cachoeira.

Luis Henrique Dias Tavares (2003), um dos mais influentes analistas dos episódios relacionados a independência, com pontos de concentração em diferentes períodos, faz uma leitura mais geral ao longo dessas fases e põe foco nos movimentos na sua obra **Da Sedição de 1798 à Revolta de 1724 na Bahia**, que envolveu o Batalhão do Periquitos, dando ideia do estudo. Mas é especialmente sobre o movimento da independência que ele dá maior ênfase, e para tal se serve de outras passagens fatídicas para explicá-la. Assim, a Conjuração Baiana ganha maior importância enquanto movimento que precede e fomenta dissenções de caráter popular. Vale alertar que não se pretende, aqui, fazer um revisionismo historiográfico da fase, mas acrescentar à produção litorânea uma versão sertaneja dos episódios ligados a independência.

A essas revoltas se seguirão outras, algumas com uma duração maior, outras de efeito relâmpago, como o movimento do Batalhão dos Periquitos em 1824, que acabou levando à morte o coronel Felisberto Gomes Caldeira (TAVARES, 2003). Esse movimento, mais adiante, teria dado ensejo a outras rebeliões de grandes proporções, a exemplo do Mata Maroto, que tomou contornos preocupantes entre 1829 e 1831. As autoridades da Província da Bahia não contavam com força suficiente para conter a revolta antilusitana, em função das limitações no efetivo das tropas, que fundamentalmente eram comandadas por indivíduos de procedência portuguesa, como herança colonial, pelo risco da elite ter varrida sua existência no território. Sabe-se que dentro das corporações não são toleradas transgressões sem uma rígida resposta, de modo que se na vida civil os escravos tinham uma dura realidade, muito isso se acentuava dentro das fileiras militares. De qualquer forma era necessário aumentar o efetivo das tropas, caso a elite baiana pretendesse resistir ao domínio das tropas fiéis ao reino português.

Embora o grosso das tropas contasse com alguns agrupamentos formados por segmentos que as autoridades julgassem manter sob controle, a exemplo das Companhias dos Henriques, essas corporações não despertavam a mesma confiança, aos nobres, que as tropas formadas por descendência portuguesa, como Vilhena (1922) deixa transparecer nas entrelinhas da **Carta Sétima**. O longo período de opressão com o cativeiro deixara feridas expostas que, num momento decisivo, poderiam se mostrar nocivas aos nobres. Quer parecer que esses

Revista Língua & Literatura, v. 22, n. 40, p. 142-162, jul./dez. 2020.
Recebido em: 23 ago. 2020.
Aceito em: 21 out. 2020.

agrupamentos de soldados não dispunham de armas com a mesma sofisticação que os demais regimentos e batalhões, de forma que cumpriam missões que envolviam maiores riscos, a exemplo do combate às manifestações de rua, corriqueira aos escravos do período. Como os comandantes desses destacamentos tinham ciência das origens étnicas dos soldados, seguramente escolhiam grupos rivais, em território africano, para fazer face aos desafetos na Bahia, ou mesmo alguns inimigos entre nativos, como se fazia desde o início da colonização, entre tribos hostis.

Vilhena (1922, p. 252-3) também trata do Regimento do Úteis, formado por comerciantes e seus caixeiros. Faz queixa de que "quando montam guarda, melhor fora se não fizessem", em função de ocupar os funcionários com outra atividade e acabar contribuindo para a lascividade dos soldados. Imaginamos que um agrupamento formado por varões no explendor da juventude devesse se misturar às mais sedutoras meretrizes da capital, hoje ainda presente entre as tropas no Brasil, o que criava maiores problemas para os comerciantes, enquanto a segurança era menosprezada em favor da diversão descomprometida, até porque, a vida na caserna exige a preservação de muitas normas em diferentes períodos, como a hierarquia ou a disciplina e, salvo a convocação de cativos, mantém suas tradições. Ainda assim, permanecem, em suas fileiras de soldados rasos, populações mais empobrecidas, com carências até mesmo de entender a razão da existência dessas corporações, daí seguirem expostos à linha de frente dos combates.

Segue-se, ao Mata Maroto, o movimento federalista, que vai se estender de 1832 até 1838, quando as tropas do Império deram fim à Sabinada. Atentamos que o movimento federalista já encontrava simpatizantes desde a Conjuração Baiana, que teve em Cipriano Barata, depois eleito um dos deputados para representar o Brasil nas Cortes, um dos seus maiores expoentes, tendo participado, inclusive, do movimento pela criação da chamada Confederação do Equador, em 1817 na Capitania de Pernambuco, nas afirmativas de Luis Henrique Tavares (2001, p. 226-227. Outras tiveram menor duração até que fossem sufocadas, mas com sequências em novas manifestações que aconteceram logo após, no tabuleiro Paiaiá.

Assim, a chamada independência da Bahia não se encerra necessariamente, em 1823, pelo desejo dos colonos em extinguir a exploração da metrópole, mas é resultado de uma insatisfação por motivações diversas que encontravam um ponto em comum de manifestar suas rebeldias separando a Bahia, de Portugal. Ou seja, a independência foi o modo encontrado pela nobreza baiana para canalizar a ira da população com a exploração e opressão, por ela praticada, a fim de usufruir de outros privilégios que a metrópole se negava a conceder, já que também se encontrava em crise e perdera o controle sobre os destinos políticos da colônia.

3.1 Infraestrutura e produção

Revista Língua & Literatura, v. 22, n. 40, p. 142-162, jul./dez. 2020.
Recebido em: 23 ago. 2020.
Aceito em: 21 out. 2020.

Na povoação de Sant'ana da Feira, se sentiam os efeitos provocados tanto pela desordem litorânea, que se seguiu à guerra, como pelas formas de negociação ou no fluxo maior da própria feira do gado, que aumentara consideravelmente, o que acarretou maior assiduidade populacional. Afiança em seu depoimento, o senhor Divaldo Portugal (2005, p. 2), nascido em 1922: "[...] Meu avô era um homem alto, um cidadão...o negócio dele era comprar couro, peles aí pelo sertão. Chamava-se Eloi José Pereira. Comprava couro de boi, de animais, de onça, de bicho, de raposa". O couro bovino se destacava pelos volumes avantajados entre aqueles ofertados na zona urbana, mas também havia peles de outros animais domésticos e selvagens. Entre os domésticos, as peles de carneiro e de cabra eram as mais procuradas. Já entre os animais silvestres, o couro de veado era mais caro por ter constituição mais tenra que o dos demais e pelo seu uso, comparável à linha na costura e manutenção dos arreios das montarias, no trabalho com o gado e deslocamento no campo. As peles da fauna silvestre também garantiam faixa apreciável no mercado de exóticos.

Naturalmente, buscou-se equipar a estrutura das fazendas próximas ao arraial com ferramentas que permitissem trabalhar os derivados do gado abatido, a exemplo dos cortumes, que eram aproveitados na fartura das aguadas nas lagoas, para ali se fazer o salgamento e limpeza dos resíduos. Certamente houveram protestos, pelo uso da água potável para outra finalidade, sem contar que os animais, tanto aquáticos como terrestres sofriam com essa intervenção. Temos o exemplo também dos artífices, que abriam pequenas oficinas para trabalhar o couro: os sapateiros, ainda hoje existentes no centro da cidade. Reforça esta versão o professor Raimundo Gonçalves Gama (2015, p. 5) em seu depoimento: "Os alemães vieram por aqui comprar gado p'ra Salvador, p'ra Dias D'ávila, passaram por essa estrada". E adiante:

> [...] Estas fazendas...grandes fazendas e pequenas. Elas geraram aqui um comércio muito grande que era o comércio do couro curtido. Couro de gado. Essas fazendas é que propiciaram não só o desenvolvimento econômico, não só o desenvolvimento do capital, não só a acumulação de bens, mas também geraram duas coisas: os cortumes, trato do couro, e os utensílios usados nos animais p'ra os arreios. (GAMA, 2015, p. 6).

Como se verifica, os compradores de gado de Capoame (Dias D'ávila atual), num período precedente ao da consolidação da feira do gado, em Sant'ana da Feira, já se dirigiam do litoral ao tabuleiro Paiaiá com o fito de fugir das taxas cobradas na feira local e ali adquirir lotes de gado por preços mais em conta. Capitalistas estrangeiros investiam nesse filão que rendia bons lucros e, até, exportavam os imperecíveis bovinos para a Europa. Cabeçadas, selas, chapéus de couro, embalagens para enfardamento de tabaco, artigos de trabalho de vaqueiros, a exemplo de jalecos, gibões, perneiras, peitorais, selas e peiteiras para as montarias, se constituíam em artigos que

Revista Língua & Literatura, v. 22, n. 40, p. 142-162, jul./dez. 2020.
Recebido em: 23 ago. 2020.
Aceito em: 21 out. 2020.

dividiam o mesmo espaço com a feira de gado vivo para fornecimento interno do arraial e região. Se robusteceram oficinas de fazer botões, cabos de facões, polvarins, para armazenamento da munição de armas de fogo, com chifres dos animais abatidos. Lavradores se aproveitavam dos resíduos fecais para usá-los como adubo nos cultivos, depois de misturados ao solo arenoso, ainda observado nos dias atuais, já em vias de extinção em razão da penetração das indústrias químicas no mercado. Afora vísceras limpas, comercializadas pelo que se tratava por "fateiras".

Nesse sentido, o atrativo exercido pelos mananciais de água no tabuleiro muito influiu para a conformação da malha viária de Feira de Santana; na atualidade mais restrita, as rodovias.

> [...] As estradas marcantes em Feira eram essas estradas que vinham da região hoje de Ipirá, Irará e que chegavam aqui na hoje Conselheiro Franco, nos Olhos D'água, nos Eucaliptos (bairros da cidade). Essa é a chamada estrada de boiada, é a estrada que os tropeiros andavam, é a estrada que foram instaladas algumas pensões ou hospedarias, alguns comércios, sobretudo comércio de cordas, de querosene, de carne de charque, foram todos nessa área aqui. (GAMA, 2015, p. 5).

Seria importante alertar que essas estradas, às quais se refere o ilustre entrevistado, serviam, de início, para o deslocamento humano – a pé, para o trânsito de animais de montaria ou carga, e também para o gado tangido com destino ao litoral. Hoje, essas aludidas estradas foram encobertas e perdidas as suas características anteriores por conta do soterramento para adequação à pavimentação asfáltica que liga Feira de Santana a municípios no sertão ou ao Recôncavo.

Os mais antigos pensionatos conhecidos em Feira de Santana se localizavam no bairro das Baraúnas; da Praça dos Remédios partia a rua do Meio, atual Sales Barbosa por onde seguia a estrada e outra variante pela rua Voluntários da Pátria, antiga ladeira do Nagé, onde lavadeiras e aguadeiros com animais de carga trilhavam para a Lagoa do Prato Raso, com objetivo de prestar serviços ao arraial e se encontravam pensionatos entre as residências. Certamente, no período inicial da instalação da feira do gado, no Campo das Gameleiras, os investimentos recaíram na área norte, diferentemente do processo de crescimento da povoação para a zona sul, no período precedente, e fizeram crescer a demanda de residências e pensionatos nos logradouros vicinais.

Na parte final da citação, observa-se mais dois subprodutos provenientes do gado, tratando-se da carne charqueada e cordas. Havia outro tipo de matéria prima para a confecção das cordas, o qual certamente era mais difundido que as de couro, a exemplo do sisal cuja longa fibra também era bastante apreciada como buchas das armas de fogo de pequeno porte, ou sacos de calhamaço[5]. Igualmente se faziam cordas e cabrestos de caroá, uma fibra mais tenra, mas

5 Trata-se de sacos confeccionados com esta fibra, usados para acondicionamento de cereais no transporte e até como forro para arreios das montarias.

Revista Língua & Literatura, v. 22, n. 40, p. 142-162, jul./dez. 2020.
Recebido em: 23 ago. 2020.
Aceito em: 21 out. 2020.

muito resistente e encontrada na caatinga. Mas a corda usada no trabalho diário do vaqueiro, para a força animal suportar, levada na garupa amarrada à capa da sela vaqueira, era a corda de couro cru, que os artífices, dentro das suas oficinas, instaladas nesta então povoação, as produziam. Quanto à charque, este era produto mais específico aos gaúchos, que se tornaram exportadores dessa iguaria para as outras províncias. No entanto, o sertão baiano produzia a carne de sol, que teve na atual cidade de Rui Barbosa, antigo Orobó, um dos maiores produtores e aceitação pelo mercado. Sant'ana da Feira também produzia carne de sol em quantidades relevantes.

Economicamente, a guerra deixou claro a dependência da produção dos sertões, que os nobres e comerciantes portuários dissimulavam na costa, e os militares de patente emergiram como setor que se sobressaia na sociedade com nomes que agiam já desde o breve período do reinado, nos bastidores políticos, a exemplo de João Carneiro da Silva Rego, notário (atual tabelião), que abraçara alguns dos ideais iluministas e seria vice-presidente da Província, presidente em exercício durante a Sabinada, ou o coronel Joaquim José Bacelar e Castro, que fazia crer ter influenciado o Império a criar a vila de Feira de Sant'ana[6] em 1832 (POPPINO, 1968). Muito embora ambos defendessem ideias políticas opostas, e a eleição para a Câmara de vereadores só tenha sido realizada em 1833, quando os candidatos eleitos tomaram posse, já havia o decreto assinado pela Regência, a 13 de novembro de 1832.

As divisões políticas desde a emancipação sofreram intervenções que deixaram à margem velhas representações da nobreza, como São José das Itapororócas, antiga freguesia criada pelo Governo Geral, na posse do sesmeiro e coronel João Peixoto Viegas, na fase final do século XVII e inicial do XVIII. Essas medidas não satisfaziam as ambições da nova elite, que substituíra os senhores de engenho (em crise) na Bahia, cujos mais altos postos, ocupados por coronéis com outras graduações mais abaixo, haviam se disseminado bastante nos sertões.

3.2 Liderança de um tabaréu

João Carneiro da Silva Rego era filho do capitão João Batista Carneiro, proprietário da fazenda Santa Rita, e irmão do coronel José Batista Carneiro, que comandara o Esquadrão de Cavalaria de Milícias de São José das Itapororócas, segurança das boiadas no trajeto até a capital e dono de outras tantas fazendas, entre elas a Agostinho Duarte, onde habitava, conforme Luis Cleber Moraes Freire, no artigo de nome **Os Carneiros no sertão da Bahia** (2010, p. 215).

6 O nome de Sant'ana da Feira foi mais usado até a criação da Vila, que ainda empregou, por certo tempo, a mesma designação e só depois consolidou-se Feira de Sant'ana.

Revista Língua & Literatura, v. 22, n. 40, p. 142-162, jul./dez. 2020.
Recebido em: 23 ago. 2020.
Aceito em: 21 out. 2020.

Tinha vários primos como militares de patente, dentre estes o capitão José Ferreira da Silva, que fornecera gado às tropas baianas no conflito pela independência política, como atrás citado.

Destoava do restante da família, no que toca à ambição por patentes militares, mas, inversamente, cobiçava cargos políticos de relevância na Província. A julgar pelos familiares, amigos e parentes mais próximos, certamente sua personalidade se caracterizava pelo destempero e intransigência, coisa bem própria aos fazendeiros e militares de patente daquele período. Tanto os fazendeiros como os militares de patente dos sertões tinham opiniões fortes, e muito próprias, para se deixarem influenciar por terceiros, até porque Freire (2010) já observa que, em 1836, o cargo de presidente da Câmara da Vila de Sant'ana da Feira por João Carneiro da Silva Rego era ocupado, o que se afina com sua aspiração política ao posto de presidente da Província, também com o de seus antepassados familiares, ou mesmo a atitudes outras enquanto presidente, que aqui não cabem menção. Mudando o local da feira de gado do Areal para o Campo das Gameleiras, após a Sabinada, autoridades provinciais demonstravam receios que entre os militares de patente, João Carneiro angariasse adesões, até porque, no Casarão dos Olhos D'água – estratégico no trânsito do gado para a costa –, notório figurava o ex-comando do Esquadrão de Cavalaria de Milícias de São José das Itapororócas pelo coronel José Batista Carneiro, seu irmão, ainda contando com lideranças de primos e tios, com riscos de espraiar resistência sertaneja.

Seu círculo de influência na farta prole dos Carneiros permitiu ser presidente. O ofício de notário, tanto quanto hoje, que toma o nome de oficial de cartório, despertava a inveja de muitos e era dos mais concorridos, de forma que sua vida, enquanto combativo iluminista, já bem comprova sua atuação, como o foi Cipriano Barata. Era compulsivo nas atitudes, o que não é algo digamos apreciável em um homem público, mas, afinal, se o presidente não se apresentava para exercer o cargo, alguém teria que assumi-lo. Denuncia o consenso de todos os outros líderes do movimento que faltou aos demais atitude e coragem para o exercício do posto, visto não ser cargo eletivo aos que ficaram fora da mobilização. Seguem as ocorrências.

Em 1835, quando há novo acirramento nas relações entre senhores e escravos, o qual tradicionalmente é tratado por revolta dos Malês, cujos integrantes contavam com escravos islâmicos fulanis, originários da África Ocidental, os novos nobres que ascenderam a essa condição, enquanto colaboradores do Império, conseguiram sufocá-la, conforme a obra de João José Reis (2003), **Rebelião escrava no Brasil**. A crença foi mais um dos motivos para o descontentamento das culturas, que dividiam os espaços da então Província da Bahia e tinham no movimento uma proposta de liberdade. Atrás, observa-se que, mesmo antes da Conjuração Baiana, já se verificava uma tensão e clamor crescente entre os escravos.

Revista Língua & Literatura, v. 22, n. 40, p. 142-162, jul./dez. 2020.
Recebido em: 23 ago. 2020.
Aceito em: 21 out. 2020.

Ressalve-se, entretanto, que muito embora os críticos afirmem haver predominância de afros entre os escravos, também existiam nativos e tabaréus cativos, necessariamente aqueles que se envolviam no que se entendia como crimes. E no Brasil existiam outros cultivos tradicionais que empregavam a mão de obra indígena, consequentemente se miscigenando aos afros, principalmente nos sertões, que fornecera grande parte da produção para abastecimento e exportação litorânea, como também efetivos para a luta e mesmo cativos para obras públicas no alargamento das estradas. Portanto, essas revoltas não estavam restritas a um segmento étnico ou social específico, mas disseminado entre os mais variados setores e etnias oprimidas, que incluem até os corpos militares portugueses, todavia, com diferentes objetivos.

Na obra **A Morte é uma festa**, Reis (1991) aborda outra revolta ocorrida no ano seguinte, revolta esta que levou o nome de Cemiterada. Essa teria como principal estopim a mudança do local dos enterros, esses realizados nas Igrejas, para o Cemitério do Campo Santo, recém inaugurado para este fim, o que sublevou a população já habituada a sepultar os cadáveres nos templos. A década de 30, do século XIX, foi marcada por movimentos que envolveram diferentes segmentos sociais e causas, num momento de carência de definições políticas.

Desde que o Brasil se proclamou independente de Portugal, no seu território como um todo, grassava a desordem com revoltas que se generalizaram chegando, inclusive, a determinar a independência da Província Cisplatina, hoje Uruguai. Na Bahia, essa insatisfação, ainda que não tenha chegado a tal extremo, se prolongou por toda a década de 30, e, no tabuleiro Paiaiá, vai tomar contornos catastróficos na década seguinte.

Necessariamente, Sant'ana da Feira já era um entroncamento de estradas entre os sertões e o litoral, de modo que recebia populações de diversas localidades e distribuia mercadorias vindas do litoral ou dos sertões, como bem detalha o senhor Divaldo, comerciante que chegou a trabalhar no maior armazém de estivas da já cidade, na década de 40, século passado, tratando-se de Marinho & Santos, e se viu em vias de viajar para o continente europeu, pois fora convocado, como recruta, para lutar na Segunda Guerra, pelas forças do Exército Brasileiro[7]. Isso criava revolta, pois os soldados não eram bem vistos pela sociedade da época (PORTUGAL, 2015, p. 10). Considerando esses fatores, muito embora entenda-se que isto se impõe a todos que gozam de boa saúde, o preparo e a seleção nem sempre justiça fazem, pelo fato de muitos se veem obrigados a defender causas desconhecidas. Se entre os nativos do Brasil, a guerra era um fator de agregação maior dentro do grupo e uma honra dela participar, todos concordavam que este era um mal necessário para perenizar a existência do grupo. No entanto, o indivíduo tinha ciência

7 Só após a Constituição Brasileira de 1988, cem anos depois da abolição, as mulheres passaram a servir nas Forças Armadas, mesmo que não seja essa uma exigência ao sexo oposto.

Revista Língua & Literatura, v. 22, n. 40, p. 142-162, jul./dez. 2020.
Recebido em: 23 ago. 2020.
Aceito em: 21 out. 2020.

das causas do conflito, ou até era uma das partes diretamente interessadas, o que não se aplicava a todos que defenderam a Bahia contra os portugueses, se apresentando como uma imposição.

A real intenção era colocar em risco a vida e a sobrevivência dos contestadores do regime. Também entre os tabaréus, este procedimento se aplicou, a exemplo de José Francisco da Silva, mestiço de negro com índio, e Argemiro Francisco da Silva, que no início do século XX havia participado da Primeira Guerra, enquanto José Francisco foi ex-combatente da Segunda Guerra, ambos sob a influência do compadre e padrinho, respectivamente, conhecido por Sinhozinho da Caiçara, que tinha nome João Evangelista Tavares Carneiro, um dos parentes de D. Antonieta (MORAIS, 2011). Entre os Carneiros, alguns tinham essa conduta condenável que colocava em xeque a vida de parentes menos esclarecidos e até criou revolta, entre os mais letrados da família.

José era neto de Ladislau Ferreira, filho bastardo do coronel Justino Ferreira da Silva – parente próximo de João Evangelista – e juntamente com Pedro Silva foi dos poucos que retornaram da luta entre os nascidos no Bom Despacho, atual Jaguara (informação verbal[8]). A cobiça pelo patrimônio do primo despertara o interesse do padrinho em persuadir pai e filho a participar dessas lutas, nos distantes campos de batalha europeus, para colocá-los em perigo e tirá-los da competição pela herança, ainda que não fossem contemplados com esse benefício, nem o reivindicassem, mas quis o destino outra sorte para ambos. A questão é que existia conveniência entre os grupos sociais mais abastados. No início do período precedente, numa sociedade onde o escravismo ainda imperava e só depois de passados mais 66 anos da independência, se admitiu a abolição, quão forte não eram as recomendações dos líderes aos estratos sociais menos representativos, que até mesmo no século atual encontra resquício, com o serviço militar aos homens permanecendo uma condição de cidadania.

Se em Portugal o escravismo fora abolido em 1761, não seria um mero blefe português a promessa de dar liberdade aos cativos que, no Brasil, lutassem ao lado das suas tropas (SCHWARTZ, 1988). De qualquer modo, o sistema de exploração colonial garantia o lucro das empreiteiras portuguesas de navegação e as receitas polpudas ao reino, com as taxas tributárias. Porém, numa sociedade extremamente conservadora e em crise, com uma ideologia de esmagamento dos segmentos mais miseráveis, disseminada entre todos eles, não se poderia esperar uma aceitação passiva da nobreza. Visavam acumular para se livrar das dívidas, que se avolumavam com os agiotas também interessados em receber seu quinhão dos juros. As hipotecas se faziam com cativos e quando vencidas, caso o senhor de engenho não tivesse como resgatar, a dívida era executada na justiça, que se encarregava de garantir a posse aos credores.

8 Prima de José Francisco da Silva e sobrinha de Argemiro, Dona Valdete Francisca da Silva, que hoje habita em Tanquinho, gentilmente nos detalhou os fatos.

Revista Língua & Literatura, v. 22, n. 40, p. 142-162, jul./dez. 2020.
Recebido em: 23 ago. 2020.
Aceito em: 21 out. 2020.

Jamais saberemos se os portugueses pretendiam verdadeiramente cumprir essa promessa; contudo, as autoridades na Bahia, que também juravam estas mesmas benesses, mostraram para muitos um perverso ardil com os desventurados subjugados (SOUZA, 2009). A manumissão prometida após o embate, que não chegou a se cumprir com os africanos de origem, porque o Império e o governo da Província os temiam, certamente foi um dos fatores das revoltas escravas, ainda que raros negros brasileiros tenham sido alforriados após a Guerra do Madeira, que não se estendeu a todos os outros nascidos no território, se limitando a casos pontuais.

A promessa de abolição da escravidão, agora aos negros nascidos na Bahia, voltou a se repetir na Sabinada na década seguinte, mas não foi reconhecida a sua legalidade pelos Regentes e pela elite da Província, e até mesmo entre os baianos natos cativos que permaneceram sem liberdade após lutar entre os revoltosos, com uma gravidade maior, devido envolver fatia significativa de baianos, que incluíam escravos da propriedade de João Carneiro da Silva Rego, herdeiro de parte dos bens de João Batista Carneiro, na fazenda Areias do Jacuípe, em São José das Itapororócas, já pertencente à vila de Sant'ana da Feira.

4 Conclusão

Partimos da hipótese de que ainda não havia uma língua única, nem unidade de instituições que proporcionassem identidade entre os vários setores e etnias que se dividiam na capitania transformada em província. Dentre os fatores condicionadores de tal diversidade, apresentamos a atuação da Coroa ao assumir o ensino, em substituição da catequese, e o seu pouco interesse em difundir a educação escolar; em razão disso, muitos grupos étnicos dos sertões ainda falavam a língua vernácula da tribo. Voltamos à sublinhar que essa situação não se ateve apenas à segunda metade do século XVIII, se estendeu ao século XIX, mostrando o descaso por parte do governo. Hoje, este legado encontra acolhida e se configura como mais uma via mantenedora das populações de menor representatividade sob o domínio da elite, no Brasil.

A diversidade linguística também foi proporcionada pela fuga de escravos para a Vila de Sant'ana da Feira, que já incluía a freguesia de São José das Itapororócas. Nesse território da vila eles se sentiam protegidos contra a reação das tropas fiéis aos Regentes, e à nova elite baiana, que já era composta por outros atores sociais, a exemplo dos banqueiros, agiotas e traficantes, mais interessados em manter o escravismo pelo montante das somas que resultavam das transações, ou quem sabe até os cativos fossem instruídos como chegar até a fazenda de João Carneiro da Silva Rego, se os de descendência entre os tabaréus já não guiassem os africanos natos. Quem nascia nos diversos espaços que faziam a Província da Bahia, já incorporava a cultura encontrada

Revista Língua & Literatura, v. 22, n. 40, p. 142-162, jul./dez. 2020.
Recebido em: 23 ago. 2020.
Aceito em: 21 out. 2020.

em cada área em que habitava e se desembaraçava mais facilmente por conhecer parte do idioma Português, ainda que não o dominasse, de acordo com a norma culta.

Isso leva a considerar a diversidade de línguas afros, nativas ou europeias um entrave de caráter desagregador da identidade dos grupos que lutavam pela mesma causa da independência. Quem habitava os sertões, ao ser incorporado às fileiras das tropas baianas, sofria para entender as ordens do alto comandando, o que certamente determinou a defesa da manutenção dos seus antigos comandantes à frente dos agrupamentos, durante os conflitos contra os portugueses, ao mesmo tempo que criava embaraços para contatar com outros soldados que defendiam o mesmo exército, mas pertenciam a outros regimentos e etnias. Assim como os portugueses natos se aliaram a causas da Bahia, como outros mais defendiam as tropas de Madeira de Melo, as etnias e setores que viviam nos demais territórios não se entendiam com as ordens que partiam do Império do Brasil sulista, que sofria influências da língua Guarani e se espraiava ao atual Paraguai.

Essa peculiaridade, aliada à intransigência do general Labatut (francês que falava língua distinta, por sinal), seguramente foi mais um dos problemas que acabaram provocando o seu afastamento do comando das tropas brasileiras (TAVARES, 2001). Suas punições direcionadas a comandantes de regimentos de milícias baianas deixavam os soldados a mercê de uma liderança não reconhecida, situação que acenava para uma guerra civil. A deserção maior dessas tropas ocorreu depois do levante e morte do coronel Felisberto Gomes Caldeira, no final de 1824, em razão de também não aceitarem um português à frente do exército. Se acentuaram no final da década seguinte quando os cativos fugitivos e desertores das tropas fiéis à causa Sabina se locomoveram do litoral em direção à Sant'ana da Feira e ali tentavam se comunicar com os tabaréus, que estranhavam não apenas a língua, mas também, da mesma forma, os seus hábitos.

O caos que partiu do litoral da Bahia estendeu as revoltas ao tabuleiro Paiaiá, que passou a ser o centro econômico da Província, atraindo a nova elite, ávida pelo capital ali circulante, que se chocava com o interesse dos militares de patente, em se tratando de ambições políticas e ética. Até aí nada se tinha alterado na rotina da vila, para além da feira do gado crescer por conta da sua transferência do litoral para o tabuleiro, mas a situação se modificaria sensivelmente a partir da Sabinada, que despertara do leito a já madura cobiça financeira dos liberais, na Bahia. A década de 40, no século XIX, se constituiria como das mais sangrentas em Sant'ana da Feira, que a partir de então, passou a sofrer crimes dos mais variados, os quais as autoridades, depois de prenderem e processarem os tramites legais, concluíram ser de responsabilidade do escravo fugitivo, desde a Guerra da independência, de descendência afro, contudo, nato de São José das Itapororocas, de nome Lucas Evangelista, popularmente consagrado, como Lucas da Feira, assim condenado e executado na forca. Estranho é que, até 1838, não tenham registros de queixas contra ele.

Revista Língua & Literatura, v. 22, n. 40, p. 142-162, jul./dez. 2020.
Recebido em: 23 ago. 2020.
Aceito em: 21 out. 2020.

Tudo aqui apresentado, que envolveram questões de cunho político, social, cultural, econômico e religioso, contribuíram para o fluxo de distintas etnias com diversidade linguística na capitania transformada em província – território que veio formar a Província da Bahia.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2004, 236 p.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e Vaqueiros.** Salvador: Centro Editorial e Didático, UFBA, 1989, 458 p.

CASSIMIRO, Ana Palmira Bittencurt Santos. Cartilhas e catecismos usados no Brasil Colonial. **Revista Educação em Questão,** Natal, n. 22, 8, 182-205, abr. 2005. Disponível em:< https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8364>. Acesso em: 9 out. 2018.

FREIRE. Luis Cleber Moraes. Os Carneiros no sertão da Bahi*a.* Salvador: *Revista do Instituto* **Genealógico da Bahia,** n. 24, p. 189-227, abr. 2010.

GALVÃO, Mons. Renato de Andrade. Os povoadores da região de Feira de Santana**.** **Sitientibus,** Feira de Santana, n. 1, 1, 25-31, dez. 1982. Disponível em: <http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/1/povoadores_da_regiao.pdf>. Acesso em: 9 out. 2018.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, vol. 2. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1995-1998, 478 p.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana.** Salvador: Itapoã, 1968, 328 p.

REIS, João José. **A morte é uma festa.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991, 357 p.

_____. **Rebelião Escrava no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003, 665 p.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos:** Engenhos e escravos na sociedade colonial. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, 474 p.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587.** Rio de Janeiro: Tipografia Régia, 1851, 389 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=38095>. Acesso em: 9 out. 2018.

SOUZA, Paulo Cézar de. **A Sabinada, a revolta separatista da Bahia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009, 267 p.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **Da Sedição de 1798 à Revolta de 1724 na Bahia.** Salvador: EDUFBA, 2003, 542 p.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia.** Salvador: EDUFBA, 2001, 254 p.

Revista Língua & Literatura, v. 22, n. 40, p. 142-162, jul./dez. 2020.
Recebido em: 23 ago. 2020.
Aceito em: 21 out. 2020.

VILHENA, Luiz dos Santos. **Cartas de Vilhena.** Salvador: Imprensa Official do Estado, 1922, 302 p.

Fontes:

ARNIZAU, José Joaquim de Almeida e. *Memória Topographica, histórica, commercial e política da Vila de Cachoeira da Província da Bahia*. Rio de Janeiro: Revista do IGHB, n. 25, p. 127-143, mar. 1862. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsYzVGY3pVN3BfUW8/view>. Acesso em: 9 out. 2018.

CERQUEIRA, M. L. de. Mario Lima de Cerqueira. *Entrevista* [mar. 2015]. Entrevistador: Jaime M. Morais. Feira de Santana: Bairro Brasília, 2015, 2 DVD (72 min.). Entrevista documental prestada a Jaime M. Morais, Vitória da Conquista-Ba. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice A da dissertação, em 13 laudas.

GAMA, R, G. Raimundo Gonçalves Gama. *Entrevista* [mar. 2015]. Entrevistador: Jaime M. Morais. Feira de Santana: Bairro Brasília, 2015, 2 DVD (47 min.). Entrevista documental prestada a Jaime M. Morais, Vitória da Conquista-Ba. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice H da dissertação, em 9 laudas.

MORAIS, Jaime Magalhães. *Memórias de Tabaréus*: trabalho e lazer nos tabuleiros de Feira de Santana – Bahia (1950 – 1990). Vitória da Conquista, 2016. 107 p. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/producao-turma-mestrado/turma-de-2016>. Acesso em: 9 out. 2018.

_____. *Memórias de uma Cristã, nem tão nova, Num Sertão nem tão Velho*. Feira de Santana: [s. n.] 2011.

OLIVEIRA, A. C. Arlinda Cruz de Oliveira. *Entrevista* [mar. 2015]. Entrevistador: Jaime M. Morais. Tanquinho: Centro, 2015, 1 DVD (26 min.). Entrevista documental prestada a Jaime M. Morais, Vitória da Conquista-Ba. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice D da dissertação, em 15 laudas.

PORTUGAL, D. P. Divaldo Pereira Portugal. *Entrevista* [mar. 2015]. Entrevistador: Jaime M. Morais. Feira de Santana: Bairro Brasília, 2015, 3 DVD (90 min.). Entrevista documental prestada a Jaime M. Morais, Vitória da Conquista-Ba. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice J da dissertação, em 12 laudas.

Revista Língua & Literatura, v. 22, n. 40, p. 142-162, jul./dez. 2020.
Recebido em: 23 ago. 2020.
Aceito em: 21 out. 2020.